

## DEVASSANDO MITOS E IMAGENS, REINTERPRETANDO A HISTÓRIA

Maria Cristina Cortez Wissenbach\*

Maciel, Laura Antunes. *A nação por um fio – caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. São Paulo, Educ/Fapesp, 1998, 319 p.

As paisagens completamente virgens apresentam uma monotonia que priva a sua selvageria de valor significativo. Elas se recusam ao homem, desaparecem diante de seu olhar em lugar de desafiá-lo [...] Nesse mato indefinidamente recomeçado, a trincheira da picada, as silhuetas retorcidas dos postes, os arcos invertidos do fio que os une, parecem outros tantos objetos incongruentes flutuando na solidão... Atestam a passagem do homem e a inutilidade de seus esforços, marcam mais claramente do que se não estivessem lá, o extremo limite que ele tentou ultrapassar. O caráter transitório do empreendimento, o malogro que o sancionou, dão um valor probante aos desertos circunvizinhos.

Essa passagem de grande beleza e inspiração, criada por Lévi-Strauss em sua obra *Tristes Trópicos*, serve de abertura para um dos capítulos do livro de Laura Antunes Maciel. Referindo-se especificamente ao cenário e aos empreendimentos que são objeto do livro, o estudioso francês utiliza-se da imagem da floresta virgem concebida como deserto, que se repetia indefinidamente pelos largos espaços do interior do Brasil, pontuando com uma mancha em branco a cartografia do país. Imagem que se mostrou recorrente nos relatos de expedicionários, desbravadores e cientistas que percorreram desde o século XVIII os territórios compreendidos pelos estados do Paraná, Mato Grosso, Goiás e Amazonas, adquiriu nos inícios do período republicano uma nova roupagem. Diante da mesma visão, sustentada pelos dirigentes da nação recém-constituída, colocava-se a urgência em integrar tais regiões ao projeto centralizador necessário para a legitimação do regime e resguardo de sua unidade territorial, levando até elas a *civi-*

---

\* Doutora em História Social pela USP, atualmente desenvolvendo projeto de pós-doutorado junto ao Departamento de História da Unicamp.

lização e o progresso. Expressando tais ideais, Rondon evocava, em 1915, a necessidade de “desbravar esses sertões, torná-los produtivos, submetê-los à nossa atividade, aproximá-los de nós, ligar os extremos por eles interceptados, aproveitar a sua ferocidade e as suas riquezas, estender, até os mais recônditos confins dessa terra enorme, a ação civilizadora do homem...” (p. 101).

Inspirado por essas concepções, Rondon não só capitaneou um dos principais empreendimentos de sua época, como construiu em torno si e de suas missões as auras que o perpetuariam como um dos baluartes da nacionalidade. Entender os elementos históricos que propiciaram tal construção, perseguir nas fontes os descompassos entre as imagens idealizadas e a movimentação histórica das missões de Rondon colocam-se como fio condutor do belíssimo trabalho de Laura Antunes Maciel. Em uma trajetória interpretativa que vai do deslindamento de imagens mitificadas à reconstituição, que denuncia passo a passo a desmemorialização do passado, a intencionalidade da divulgação de determinados fatos e imagens e a camuflagem de outros, a autora acaba por nos revelar uma outra história.

A Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, nome oficial das expedições de caráter militar chefiadas pelo engenheiro Cândido Mariano da Silva Rondon, tinha diante de si a tarefa de implantar redes de comunicação telegráfica em largas extensões territoriais. Começando sua marcha no sul do Mato Grosso, atravessou-o até o seu noroeste (atual Rondônia), percorreu o extremo sudoeste do Amazonas (hoje estado do Acre), chegando até a região do rio Madeira. Como informa a autora, baseada nos relatos oficiais das expedições, em uma primeira fase dos trabalhos, entre os anos de 1900 e 1906, foram percorridos 4.100 km, construídos 1.667 km de linha e inauguradas 16 estações telegráficas, concretizando a comunicação entre os pontos recônditos do interior do Mato Grosso e a Capital Federal. Em uma segunda fase, abrangendo os anos de 1907 a 1915, realizou-se o reconhecimento de 600 km lineares, percorrendo-se cerca de 5.600 km e instalando-se 4.500 km de linhas e 55 estações telegráficas (p. 296). O mais surpreendente é que, empreendimento de tamanha envergadura, tornou-se obsoleto antes mesmo de sua conclusão, com os avanços da radiotelegrafia, resultando em um “simples vestígio arqueológico de uma idade científica ultrapassada”, no dizer do mesmo Lévi-Strauss (p. 294). Apesar desse aparente fracasso, deixou atrás de si um rastro de documentos, imagens, relatos, fotos e sentidos mais profundos que a historiadora procura desvendar ao longo de seu trabalho.

O primeiro capítulo, intitulado *Pelos fios, a luz que fala...!*, oferece uma narrativa de grande sabor e abrangência, no qual a Comissão Rondon é ainda um “pré-texto”.

Acompanhando a implantação das linhas telegráficas nos finais do século XIX e inícios da República, Laura Maciel estuda o impacto que o telégrafo teve para a sociedade brasileira à luz de suas particularidades. Diante das deficiências e morosidade e dos problemas acarretados pelo estado precário das comunicações na época do Império, a maravilha da nova descoberta seria revelada sobretudo sob o cenário da Guerra do Paraguai: ao contrário do que ocorreu na Europa – instrumento a serviço da agilização dos negócios – de imediato, “foi a experiência extrema da guerra que tornou evidente a necessidade de comunicações ágeis para a administração do território” (p. 48). Paradigma e prodígio da engenharia moderna, carreando junto a si novos ritmos e concepções de tempo, e uma linguagem compatível à modernidade, o telégrafo encontrou, em sua longa marcha, populações que se mantinham organizadas sob outros moldes e outras tradições. Assim, em sutis e pequenas passagens, a autora encontra as ambigüidades do processo de modernização manifestas no próprio funcionamento das comunicações: quando, por exemplo, funcionários pouco preparados para os encargos se utilizavam da aparelhagem sob seus cuidados para conversas triviais. São igualmente deliciosas outras histórias que vai pinçando aqui e ali, sempre em torno do telégrafo: das entrevistas coligidas por Ecléa Bosi, em *Memórias de velhos* – que denotam a inadequação de uma linguagem cifrada que, no uso corriqueiro, de tão decifrada deixava de lado o essencial – (p. 74), aos incidentes igualmente pitorescos envolvendo figuras de projeção como José Rebouças, engenheiro militar responsável pela fiscalização das estações (p. 77).

Movimento interpretativo que demanda sensibilidade do pesquisador, na busca de estabelecer os nexos entre as dimensões da micro-história e o contexto mais geral de transformações a partir de fragmentos documentais, trata-se, como denomina com propriedade a autora, de um processo nem sempre controlável de apropriação do novo meio de comunicação: quando, ao contrário do que pretendiam seus idealizadores, tornava-se difícil controlar situações em que os isoladores eram usados como alvos de sessões de tiro pelos transeuntes, ou os postes transformados em lenha para os moradores (p. 69). Ou mesmo, quando os revoltosos do Contestado, ou os bandos de Lampião, adotavam como primeira medida a interrupção das comunicações, uma vez que essas se encontravam a serviço das forças de repressão. Assim, aos poucos são reveladas as inúmeras formas de resistência que obstavam a missão dos telégrafos e a pretensão de transformá-los em instrumento capaz de administrar populações dispersas, manter a ordem, e de se impor como “meio de homogeneizar culturas, forjando uma identidade

nacional, por intermédio da comunicação, da linguagem e da transmissão do pensamento” (p. 72).

Documentação variadíssima alicerça o segundo capítulo, “Amansando sertões”, no qual a autora aprofunda a radiografia das comissões, em seus diferentes momentos e fases, ressaltando características diferenciadas. Lançando mão sobretudo de relatórios técnicos e boletins de serviço, mais descritivos do que laudatórios, Laura Antunes Maciel nos conduz aos aspectos menos conhecidos, ou propositadamente obscurecidos, de seu tema: a organização do trabalho nas fases de reconhecimento e de implantação das linhas telegráficas, a hierarquia de mando e a composição dos auxiliares diretos de Rondon, escolhidos junto aos jovens militares recém-saídos da Escola Militar; a disciplina rígida adotada junto aos *componentes indesejáveis*, como eram vistos os trabalhadores, aliciados nos baixos e indisciplinados escalões do exército; a vida nos acampamentos, as freqüentes revoltas e fugas, bem como as mazelas físicas a que estavam sujeitos: “Em Cuiabá corriam boatos de que quem ia para a Comissão nunca mais voltava, trabalhando como ‘escravos’ até o fim de seus dias ou, caso conseguisse fugir, não poderia retornar ao local de origem, onde os chefes de polícia se encarregavam de mandá-los de volta para cumprir seus ‘contratos de trabalho’... (p. 131)”. Em termos mais amplos, a autora evidencia outros elementos que necessariamente devem ser levados em conta na interpretação histórica: os embates políticos que Rondon teve que enfrentar e os projetos maiores de colonização subjacentes aos trabalhos da Comissão. Tratava-se de fixar e amansar populações itinerantes, de realizar o nucleamento dos índios, liberando as regiões para os interesses do grande capital que já se faziam sentir, criando uma mão-de-obra docilizada e submetida, a ser explorada pelas empresas que, de fato, realizavam a integração dessas regiões. Interesses e figuras de projeção na região, velhos fazendeiros e coronéis, empresas extrativistas e exportadoras de borracha e de ipecacuanha, intimamente associados a Rondon e cujos interesses demonstram que não se tratava, de forma alguma, de um universo *vazio* e destituído de história (pp. 145 e seguintes).

Como empreendimento emblemático das orientações *modernizadoras* e *civilizatórias*, Rondon cercou-se de cuidados na divulgação das imagens de suas expedições, através de filmes e fotografias que transmitiam seus sinais à sociedade, apropriando-se aqui novamente das linguagens da modernidade. Um dos pontos inovadores do trabalho é sem dúvida a utilização de outras fontes além das impressas e manuscritas. Nos dois capítulos seguintes, “Clichês do sertão” e “Uma câmara em busca da Nação”, a autora penetra na interpretação da numerosa documentação imagética produzida pelas ex-

pedições, cuidadosamente guardada nos arquivos pessoais de Rondon e posteriormente transferida para o SPI – Serviço de Proteção ao Índio, organismo criado por ele. Da mesma forma que no capítulo inicial a Comissão Rondon é o pretexto para o belíssimo ensaio sobre o telégrafo, aqui conduz à oportuna reflexão sobre as novas maneiras de se captar a realidade, transformando-a em um documento comprobatório. No caso, legitimador dos ideais que se procurava divulgar, dando-lhes visibilidade enquanto os expedicionários permaneciam internados, ajudando a construir imagens a serem veiculadas em nome de uma nova consciência de nacionalidade. Revela-se aqui, uma vez mais, como o bem notou Déa Fenelon no prefácio que abre o livro, as grandes qualidades da autora em deslindar as características das fontes para realizar a sua crítica, no exercício do fazer histórico.

Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação de História da PUC-SP e eleito como um dos melhores trabalhos de 1996/1997, é louvável a iniciativa de disponibilizá-lo a um público mais amplo. Para além dos temas trabalhados e das importantes contribuições que *A Nação por um fio* traz para a compreensão da história das comissões e dos projetos políticos dos inícios da República, o trabalho de Laura Antunes Maciel é uma verdadeira lição das possibilidades de reinterpretação histórica mediante um profundo diálogo com as fontes, indo para além dos mitos e das representações que pareciam se firmar como verdadeiras histórias da Nação.